

Teorização Portuguesa do Jornalismo até 25 de Abril de 1974 – Ficha de obra

Autor BAPTISTA, Jacinto		Ano de elaboração	Ano de publicação/impressão 1966
Título completo da obra <i>Um Jornal na Revolução: “O Mundo” de 5 de Outubro de 1910</i>			
Tema PRINCIPAL História do jornalismo			
Local de edição Lisboa	Editora (ou tipografia, caso não exista editora) Seara Nova		Número de páginas 217
Cota na Biblioteca Nacional e noutras bibliotecas públicas			
Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto		Cotas: A7-6-90	
Biblioteca: Biblioteca Nacional		Cotas: S.C. 27299 V	
Esboço biográfico sobre o autor Jacinto Baptista foi jornalista e morreu em 1993, com 67 anos.			
Índice da obra Introdução: p. 9 I. Um jornal de 10 réis: p. 15 II. A Revolução: p. 63 1. A rotunda, «diabólica caldeira...»: p. 65 2. O juro do capital investido: p. 81 3. O aparelho defensivo: p. 93 4. Enfim!: p. 109 III. Relance sobre a vida quotidiana: p.115 IV. «O Mundo» de 5 de Outubro de 1910: p. 135 Bibliografia: p. 209 Índice Remissivo: p. 213			

Resumo da obra

Este livro refere-se à situação vivida no mundo na época (no dia) da instauração do regime republicano (5 de Outubro de 1910) e transcreve excertos significativos do jornal republicano *O Mundo* dessa data e datas próximas.

No livro, o autor refere que *O Mundo* se propunha a abarcar mais informação do que *A Capital* ou *O Paiz*. Nessa altura, verificava-se uma “luta” para ver qual dos jornais alcançava o topo da hierarquia dos jornais diários. No entanto, apesar do nome, *O Mundo* não englobava as notícias de todo o mundo, devido a diversos factores, como a mobilidade dos jornalistas e a baixa capacidade económica da população da época (do seu *target*). Apesar de custar apenas 1dez réis, essa quantia era necessária aos mais necessitados: “No panorama da imprensa portuguesa do tempo, *O Mundo*, jornal republicano, visava mais longe do que, por exemplo, *A Capital* ou mesmo *O Paiz* (...). Mercê do favor que a opinião democrática lhe dispensava, lograra ascender ao cume possível de uma hierarquia – a hierarquia dos jornais diários que, nas vésperas do 5 de Outubro de 1910, militavam activamente, arduosamente, pela implantação da República em Portugal. (...) Não abarcava o mundo [devido] entre outras às limitações decorrentes da rede nacional de transportes (...), do baixo poder de compra do público a que se dirigia. (...) *O Mundo*, este *Mundo* custa 10 réis (...) quantia ínfima sem dúvida, mas não despicienda para a economia dos mais humildes” (p. 17-20).

Jacinto Baptista diz ainda que “*O Mundo* não era um colosso da informação” (p. 20) e que “a despeito das suas informações, se afirmava, essencialmente, jornal de opinião” (p. 21). O autor acrescenta, ainda, que o número de 5 de Outubro de 1910 “não é o jornal de um dia vulgar (...), é o jornal de um dia histórico” (p. 21).

Para que se forme uma ideia do temor então manifestado pelos poderes constituídos em relação aos jornais republicanos, o autor explica que, a 11 de Abril de 1910, o Juiz de Instrução Criminal Almeida Azevedo, em carta a D. Manuel II, recomendava ao rei “lembrar aos ministros da guerra e da justiça a conveniência de não permitir a leitura de jornais republicanos nos estabelecimentos do Estado». E acrescentava: «Menciono dois ministérios. Podia referir-me a todos»” (p. 25).

O Mundo, o jornal “sem medos”, por noticiar muito do que se passava nessa época, inclusive as notícias republicanas, foi várias vezes perseguido e suspenso pela polícia: “*O Mundo* era pela coragem, vigor, desassombro e admitamos que até despejo das opiniões expressas, o campeão das suspensões; reconhece-o, por exemplo, o *Diário de Notícias* (...) quando escreve «Ontem foi apreendido novamente o nosso colega *O Mundo*, a vítima predilecta das perseguições policiais». (...) A situação de desfavor de *O Mundo* chegava, mesmo, a extremos que lhe conferiam lugar à parte no panorama da imprensa portuguesa coeva, porquanto este jornal era atingido não só por sucessivas apreensões e censuras, como, até, por «leituras prévias (!) – estas últimas jamais realizadas contra outro qualquer jornal” (p.27-28).

Conta o autor que, devido às insistências dos jornalistas em publicar o que não deviam, o Governo decidiu acabar com alguns jornais, temendo-se que acontecesse o mesmo a *O Mundo*. Mas tal não aconteceu, conforme frisa o próprio jornal: “«Desde que o Governo se abalçou a acabar com *A Pátria* e *O Paiz*, é capaz de querer acabar com *O Mundo* (...) em Portugal. (...) [Mas] *O Mundo* vingou». O seu programa era, segundo as palavras de França Borges: «servir, como sempre servimos, a Verdade e a Justiça. Queremos dizer o que sentimos – atacar a opressão, desmascarar a mentira, atacar a imoralidade, defender os oprimidos, verberar os tiranos e os exploradores».” (p. 29).

Citando Joaquim Leitão, o autor salienta que a Liberdade de Imprensa “deixou de ter significação na nossa língua e no nosso país”. O que existia, no lugar dela, “era a lei de imprensa” (p.33): “os últimos governos monárquicos não aboliram a lei de imprensa. Por sua vez, as empresas jornalísticas e, principalmente, as novas empresas (...), mostraram-se cada vez mais interessadas em escrever verdades enérgicas nos seus jornais. As limitações, em vez de abrandarem, agravaram-se: «Para a imprensa há, em Portugal, leis de opressão e leis de excepção»” (p.33).

No início do século XIX, recorda Jacinto Baptista, as vendas dos jornais aumentaram, e estes passaram a ser alvos maiores da publicidade: “Referindo-se ao período (...) 1894 a 1899, Brito Aranha notava ter aumentado o número de publicações periódicas. (...) Em 1891 (...), figuravam nos livros de matrícula do Governo Civil de Lisboa os nomes de não menos de 9750 vendedores ambulantes de jornais – e este é outro indício da expansão relativa da nossa imprensa nos fins do século XIX. Não era fenómeno exclusivamente português, (...), mas europeu, o da multiplicação dos jornais, do aumento das tiragens, do número crescente das páginas e, em especial graças à publicidade, o do embaratecimento dos exemplares. Esta expansão, que caracteriza o surto da imprensa moderna, principia em meados do século XIX” (p.34-36).

Em 1904, Alberto Bessa escreveu como o jornalismo português se desenvolveu, conquistando a liberdade de imprensa em 1820: “Ao escrever em 1904, (...) Alberto Bessa assinalava os «progressos que hoje apresenta» o jornalismo português. Datava (...) o começo desse desenvolvimento de 1820, «com a instituição da liberdade de imprensa»; ou – (...) decalcando a Carta Constitucional – com o *direito de comunicar o pensamento por escrito, na imprensa, sem dependência de censura*. Esta circunstância (liberdade de imprensa) não é, de modo nenhum, incompatível com as determinantes técnicas da expansão dos jornais” (p. 37)

No início do século XIX, recorda o autor, o jornalismo noticioso passou a predominar: “Inaugura-se (...) a era do jornalismo predominantemente noticioso, em detrimento do jornalismo essencialmente doutrinário (...) em que – no dizer de Alfredo Cunha – «eram tão grandes os artigos como pequenas eram as tiragens» (p. 38). Assim, “o aumento de tiragens dos jornais e, em particular, o crescimento da publicidade vão permitir que diminua o preço por exemplar ou, mais exactamente, se tivermos presente a revolução operada no jornalismo francês por Émile de Girardin, a diminuição do preço por exemplar vai permitir que aumente a tiragem e cresça a publicidade” (p. 44-45). Deste modo, “nos primeiros

anos da sua atribulada existência, *O Mundo*, apesar de a sua tiragem exceder a habitual numa folha política, teria três mil escassos leitores” (p. 47). Com as mudanças, as tiragens aumentaram e foi preciso uma nova máquina que as suportasse: “*O Mundo* era (...) tirado «numa velha máquina trôpega»; agora, essa máquina já não basta para imprimir os «milhares e milhares de exemplares que o seu novo público avidamente reclama». Então: «Correm-se as oficinas de Lisboa e o novo jornal – porque é um novo jornal que desponta á luz de uma publicidade sem exemplo – é tirado em máquinas que não dão vazão ao êxito.»” (p. 48). Segundo João Chagas: “*O Mundo* «é, antes de mais nada um jornal político, e dos de maior responsabilidade e (...) não lhe é lícito, sob o pretexto de fazer bom jornalismo, fazer má política»” (p. 51). O autor relembra a prolixidade do jornalismo português no início do século XX, criticando-a com base nas palavras de João Chagas: “«A imprensa portuguesa não tem igual no mundo, porque não há por certo país algum no mundo onde circulem tantas folhas impressas, que menos correspondam à ideia e ao plano dos jornais dos nossos dias, e que menos justifiquem a sua existência de um público que as reclame». Ao pronunciar-se, em especial, sobre os jornais de opinião (dentre os quais tendia, naturalmente, a excluir os que eram afectos ao ideário republicano), João Chagas (...) era impiedoso: «A imprensa política portuguesa, com excepções que são bem conhecidas, é uma imprensa de pasquins, que desonram a instituição da imprensa e desonram a sociedade»”. (p. 62). Já no segundo capítulo, o autor refere que, a 7 de Outubro de 1910, se lerá n’*O Mundo*: “«Pedimos desculpa aos nossos leitores de deficiências importantes que tem havido no nosso serviço de informação. Confessamo-las. Mas o caso tem explicação. No MUNDO há jornalistas. Mas esses jornalistas são mais republicanos do que jornalistas. Este jornal não se tem feito, por isso, com serenidade. Pelo contrário, tem-se feito com sobressalto. Tudo nesta casa tem andado em desordem. Primeiro, a desordem da Revolução. Depois, a desordem do Triunfo. Desculpem-nos a falta aqueles que podem compreendê-la e justificá-la que trabalharam pela República com a mesma devoção que lhe consagramos sempre»”. (p. 67) O autor interroga-se, ainda, sobre a classificação de *O Mundo*: “Não se classificaria *O Mundo*, tão só com estas palavras, como um jornal de opinião, um jornal onde o ideário e as conveniências políticas se sobrepõem à profissão jornalística?” (p. 67). Por fim, acrescenta que o jornal de França Borges durante o movimento revolucionário declarou: “«O jornal da manhã *O Mundo* dava notícia dos acontecimentos, exagerando-os, o que não prejudicava o movimento»”. Nas páginas seguintes, Jacinto Baptista analisa como *O Mundo* descreveu a Revolução do 5 de Outubro de 1910, evidenciando as suas vicissitudes e polémicas. Recorda, também, que um único jornal portuense, *A Pátria*, noticiou as operações que decorriam na capital, por ter sido informado pelos seus correligionários republicanos. Após a Revolução, o jornal de França Borges fez, segundo Jacinto Baptista, um “balanço parcial” da situação, de forma crua, lembrando “o rol dos mortos entrados na morgue; e dos cadáveres depositados e dos feridos tratados ou internados no posto da Misericórdia, que é aquele que os repórteres têm mais próximo e aonde podem deslocar-se com menos perigo” (p. 112). Continuando a sua abordagem acerca da forma como *O Mundo* cobriu a proclamação da República, Jacinto Baptista, explica, no capítulo seguinte, que o jornal, após a Revolução, retomou “a crónica da vida quotidiana”, tornando a incluir o *fait divers* e o comentário político. Recorda, também, que *O Mundo* cobriu a morte de Miguel Bombarda, evocando as palavras deste dirigente republicano. Nas folhas seguintes, Jacinto Baptista interroga-se sobre os critérios editoriais de *O Mundo*: “Lemos, já as principais notícias do País. E, do estrangeiro, que informações nos transmite *O Mundo*? Poucas (mas surpreenderá isso, numa época em que se noticiava livremente a vida nacional? Num dia como o 5 de Outubro?); poucas e de escassa repercussão, pois que nesse tempo, as políticas internacionais eram menos interdependentes do que hoje e processavam-se em sistemas mais fechados. Das excepções, (...) uma assume especial significado: é, sob a rubrica *O que se escreve lá fora*, a transcrição da carta de Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria e proeminente arauto da revolução republicana em Portugal, ao órgão de Lloyd George, *The Nation*”. (p. 121). Ainda sobre os critérios editoriais, o autor critica: “O que aos jornais portugueses primacialmente interessa são as notícias do País, as que mais nos afectam. Esse interesse (...) pode, até, ser tomado como viciosa tacanhez bisbilhoteira...” (p. 122). A posição crítica de Jacinto Baptista sobre esses critérios é, aliás, corroborada pela de João Chagas, que o autor cita: “João Chagas sentia a necessidade de completar com a leitura do *Matin*, que lhe dizia o que se passava no Universo: «Graças ao *Matin* (...) vejo o mundo inteiro. (...) O jornal que eu leio, (...) não me fala senão da rua em que se publica». Por isso, muitas vezes lhe ocorria interrogar-se acerca do que sabiam do Universo e dos interesses humanos aqueles que não liam o *Matin*: «Ah! Deve saber muito pouco! Ver a vida por uma frincha – tal deve ser a situação d’esses. Essa frincha é – o nosso jornal.»” (p. 122). Seguidamente, o autor explica que, apesar da rivalidade existente entre os jornais da época, como entre *O Mundo* e *A Capital*, muitas vezes os periódicos não hesitavam em servir-se das informações dos concorrentes: “Os nossos quotidianos de 1910, tão *esbezerradamente locais*, não se coibirão de completar com as dos colegas as opiniões e informações próprias. É assim que *O Mundo* citará o panorama geral que *A Capital* da véspera esboçou da Revolução. (...) *A Capital* (...) jogara irreversivelmente na vitória democrática, ao escrever que, «proclamada por diversas fontes do exército, por toda a armada, e auxiliada pelo concurso popular, a República tem hoje o seu primeiro dia de historia, e a marcha dos acontecimentos, até á hora em que escrevemos, permite alimentar a esperança de um definitivo triunfo»” (p. 123). Continuando a sua análise do número de 5 de Outubro do *Mundo*, Jacinto Baptista recorda que a questão clerical estava bem presente na época: “E que mais se passa em *O Mundo*? Passa-se a questão religiosa ou, mais exactamente, a questão clerical, que, nas vésperas do 5 de Outubro, ganha grande relevo: a notícia do jornal de França Borges sobre *O Coio do Quelhas* o exemplificava. Que significava, rigorosamente, esta notícia? Que significava a dissolução de comunidade religiosa albergada no Quelhas? Que significava, antes da

revolução, *antes de proclamada a República*, esta disposição anticlerical, que, aliás, tinha antecedentes próximos? Significava uma concessão de D. Manuel II às tendências liberais do último governo monárquico, um rumo – sem dúvida tardio, se intentava satisfazer as exigências da consciência laica da população democrática do País – um rumo que o órgão progressista *Correio da Noite* acusava de «abertamente revolucionário» (pp. 127-128).

O autor deste livro afirma, ainda, que “A verdade é que esta linha de acção liberal do governo de Teixeira de Sousa – o estadista que *O Mundo* insinuava que confessara *não ter cabeça para isto* (isto era a política, a revolução...) – procurava ir ao encontro de uma forte corrente de opinião, que até na medicina vigente encontrava apoio para as suas reclamações. Pois num congresso em Viana do Castelo não indicara um médico como uma das circunstâncias do decréscimo da mortalidade pela tuberculose nas populações urbanas nas grandes cidades a «gradual e sucessiva clausura nos estabelecimentos religiosos?» (p. 128). A política editorial anti-clerical do *Mundo* gerava, ainda, em consonância com o autor, o silenciamento noticioso das actividades das associações religiosas (pp. 128-130).

De seguida, Jacinto Baptista mostra como *O Mundo* procurou vincar, discursivamente, que o país estava em perfeita normalidade após a Revolução Republicana: “E, quase à margem das convulsões revolucionárias, grande parte da vida quotidiana fluiu com o remanso habitual e as novidades que não chegaram para o perturbar: o Coliseu estreou um número (...) que anuncia, e explora, espectacularmente, os progressos da aviação, novo meio de transporte inventado pelo homem. Não se efectuou, porém, a extracção da lotaria, contra o que conjecturava *O Mundo*. Estão a reabrir as escolas. O anúncio de um corrector vem lembrar que as operações da Bolsa, proclamada a República, recomeçarão o seu curso sem perturbações. E, com efeito, no jornal de amanhã – ou seja *O Mundo* de 6 de Outubro... – leremos que «ontem já todos os bancos e casas de crédito abriram, assim como a Alfândega e todos os estabelecimentos. Na Bolsa houve concorrência e, apesar das perturbações e da agitação revolucionária nas recentes horas de combate, as cotações não sofreram baixa alguma sensível, mostrando-se, pelo contrário em situação igual aquela que tinha anteriormente ao movimento insurreccional» (pp. 130-131).

Ainda no decorrer da sua abordagem, Jacinto Baptista, mais uma vez, volta a interroga-se, sobre: “Que mais nos diz *O Mundo*? Que a solidariedade não era, em 1910, uma palavra vã. (...) Outra associação partidária – o Grupo Republicano França Borges – anuncia que comemorará a vitória democrática nas eleições de 28 de Agosto: mas, sobretudo, o 5 de Outubro, será ainda mais extensa, naturalmente, a comemoração. Ora, a que vitória eleitoral se refere esta notícia de *O Mundo*? Aquela que, pouco mais de um mês antes da proclamação da República, assegurara ao Partido Republicano assento parlamentar para catorze deputados seus, quando eram já republicanas as juntas de paróquia e a vereação da capital do reino” (p. 131).

Para finalizar, Jacinto Baptista faz uma crítica pessoal aos anúncios publicitários existentes na última página do jornal *O Mundo*: “Voltamos a última página de *O Mundo*: são os anúncios que exclusivamente a preenchem. Neles encontraríamos, também, informação de interesse, se tivéssemos a competência especializada para prosseguir a nossa análise em domínio (o económico) não menos importantes do que o dos factos políticos e sociais que vimos noticiados nas páginas da redacção do jornal. Estes anúncios (alguns deles desactualizados) representaram (...) dinheiro gasto em pura perda pelos anunciantes, já que os leitores de *O Mundo* de 5 de Outubro de 1910, aliciados para mais importantes e urgentes motivos de leitura, lhes devem ter dispensado bem escassa atenção. O leitor de hoje não será muito mais generoso. Mas aceite uma só sugestão: percorra com o olhar os anúncios de *O Mundo*. Certos nomes de firmas e de produtos anunciados são-lhe familiares: meio século decorrido, evoluções e revoluções políticas e sociais, guerras, catástrofes naturais, não os destruíram; a alguns desses nomes o tempo e os seus acidentes só contribuíram, mesmo, para que consolidassem o prestígio e a força. Correspondem a valores permanentes, sim – não tão ambiciosamente permanentes como os que se alega serem categorias do espírito; mas modestamente permanentes e tão sólidos também: os do comércio e da indústria e da agricultura, os da vida civil, que, como os demais, e talvez com maior propriedade ainda, constroem a História.” (pp. 133-134).

Jacinto Baptista coloca, no fim, como último capítulo deste livro, a transcrição integral do jornal *O Mundo* do dia em que se deu a Revolução Republicana – 5 de Outubro de 1910.

Nome completo do autor da ficha bibliográfica: Isabel Maria Pereira Gonçalves

E-mail: isamr.p.g@gmail.com